Entrada na Mesa
Data. 05/11/2024
Hora. 14h35m
...O Presidente...

PARLAMENTO NACIONAL
República Democrática de Timor-Leste

ANUNCIADO
...../...../.....
O Presidente

Comissão da Educação, Juventude, Cultura e Cidadania

PROPOSTA DE LEI N.º 12/VI (2ª)

ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA 2025

PARECER SETORIAL

Índice

I. INTRODUÇÃO 4

1. Entrada, admissão e remessa da Proposta de Lei n.º 12/VI (2ª) 4

1.1. Entrada 4

1.2. Admissão e remessa 4

1.3. Anúncio 4

2. Apreciação da Proposta de Lei n.º 12/VI (2ª) 5

2.1. Comissões Especializadas Permanentes 5

2.2. Comissão da Educação, Juventude, Cultura e Cidadania 5

2.3. Objeto de análise 5

3. Elaboração do parecer 6

3.1. Objeto 6

3.2. Organização sistemática 6

4. Designação do Relator 7

II. ENQUADRAMENTO CONSTITUCIONAL E LEGAL 7

1. Enquadramento constitucional 7

2. Enquadramento legal 8

III. ANÁLISE DA PROPOSTA ORÇAMENTAL 8

1. Orçamentos propostos 8

1.1. Ministério da Educação 8

1.2. Ministério da Juventude, Desporto, Arte e Cultura e Secretaria de Estado da Arte e Cultura 10

1.3. Ministério do Ensino Superior, Ciência e Cultura 12

1.4. Agência Nacional para a Avaliação e Acreditação Académica, I.P. 14

1.5. Instituto Nacional de Ciências e Tecnologia 16

1.6. Universidade Nacional de Timor Lorosa'e 18

1.7. Instituto Politécnico de Betano 19

1.8. Autoridades Municipais 22

1.9. Secretaria de Estado da Comunicação Social 35

1.10. TATOLI - Agência Noticiosa de Timor-Leste, I. P. 36

2. Audiências públicas 39

2.1. Ministério da Educação e Secretaria de Estado do Ensino Secundário e Ensino Secundário Técnico-Vocacional 41

2.2. Ministério da Juventude, Desporto, Arte e Cultura 43

2.3. Ministério do Ensino Superior, Ciência e Cultura 45

2.4. Agência Nacional para a Avaliação e Acreditação Académica, I.P. 45

2.5. Instituto Nacional de Ciências e Tecnologia 46

2.6. Universidade Nacional de Timor Lorosa'e 46

2.7. Instituto Politécnico de Betano 47

2.8. Ministério da Administração Estatal 47

2.9. Secretaria de Estado da Comunicação Social e TATOLI - Agência Noticiosa de Timor-Leste, I.P. 49

IV. CONCLUSÕES *49*

V. RECOMENDAÇÕES *52*

VI. PARECER *61*

VII. APROVAÇÃO DO PARECER *61*

I. INTRODUÇÃO

1. Entrada, admissão e remessa da Proposta de Lei n.º 12/VI (2ª)

1.1. Entrada

No dia 1 de outubro de 2024, deu entrada na Mesa do Parlamento Nacional, a Proposta de Lei do Orçamento Geral do Estado para 2025, apresentada pelo Governo, ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 97.º e da alínea a) do n.º 2 do artigo 115.º da Constituição da República Democrática de Timor-Leste, bem como do artigo 52.º da Lei do Enquadramento do Orçamento Geral do Estado e da Gestão Financeira Pública[1].

1.2. Admissão e remessa

Em despacho de 7 de outubro de 2024, a Presidente do Parlamento Nacional admitiu a Proposta de Lei do Orçamento Geral do Estado para 2025 (Proposta de Lei n.º 12/VI (2ª), ordenando a sua distribuição imediata às bancadas parlamentares e a sua remessa à Comissão de Finanças Públicas – Comissão C para elaboração de relatório e parecer fundamentado, e às restantes Comissões Especializadas Permanentes para elaboração de parecer nas respetivas áreas setoriais, nos termos dos artigos 163.º e 164.º do Regimento do Parlamento Nacional[2].

1.3. Anúncio

A admissão e a remessa da Proposta de Lei foram anunciadas ao Plenário pela Presidente do Parlamento Nacional na reunião de 7 de outubro de 2024.

[1] Aprovada pela Lei n.º 2/2022, de 10 de fevereiro, e alterada pela Lei n.º 17/2023, de 29 de agosto.

[2] Aprovado em 2009 e alterado pelo Regimento do Parlamento Nacional n.º 1/2016, de 11 de maio.

2. Apreciação da Proposta de Lei n.º 12/VI (2ª)

2.1. Comissões Especializadas Permanentes

Segundo o disposto no n.º 2 do artigo 163º e no n.º 1 do 164º do Regimento do Parlamento Nacional, compete às Comissões Especializadas Permanentes, no âmbito do procedimento legislativo para aprovação do Orçamento Geral do Estado, elaborar parecer setorial e enviá-lo à Comissão de Finanças Públicas no prazo de 15 dias a contar da data de admissão da proposta de lei. Para efeitos de apreciação das propostas de lei, as Comissões Especializadas Permanentes, de acordo com o n.º 3 do artigo 164.º do Regimento do Parlamento Nacional, convocam as reuniões que julguem necessárias com a participação dos membros do Governo.

2.2. Comissão da Educação, Juventude, Cultura e Cidadania

Em conformidade com a Deliberação do Parlamento Nacional n.º 5/2023, de 10 de julho, que constituiu as Comissões Especializadas Permanentes, a Comissão de Educação, Juventude, Cultura e Cidadania - Comissão G, tem competência sobre as seguintes áreas:

a) Educação;
b) Juventude;
c) Formação Cívica;
d) Cultura, Património e Arte;
e) Desporto;
f) Comunicação Social.

2.3. Objeto de análise

De acordo com as áreas de competência da Comissão, é objeto de análise os orçamentos dos seguintes órgãos e serviços da Administração Direta e Indireta do Estado:

a) Ministério da Educação (ME);
b) Secretaria de Estado do Ensino Secundário Geral e Ensino Secundário Técnico-Vocacional (SEESGESTV);
c) Ministério da Juventude, Desporto, Arte e Cultura (MJDAC);

d) Secretaria de Estado da Arte e Cultura (SEAC);
e) Ministério do Ensino Superior, Ciência e Cultura (MESCC);
f) Agência Nacional para a Avaliação e Acreditação Académica, I. P. (ANAAA);
g) Instituto Nacional de Ciências e Tecnologia (INCT);
h) Instituto Politécnico de Betano (IPB);
i) Universidade Nacional de Timor Lorosa'e (UNTL);
j) Ministério da Administração Estatal (MAE);
k) Autoridades Municipais (AM);
l) Secretaria de Estado da Comunicação Social (SECOMS);
m) TATOLI - Agência Noticiosa de Timor-Leste, I.P. (TATOLI).

3. Elaboração do parecer

3.1. Objeto

O presente parecer procede à apreciação da Proposta de Lei do Orçamento Geral do Estado para 2025 no que se refere especificamente às áreas da educação, juventude, formação cívica, cultura, património e arte, desporto e comunicação social, tendo por referência o Orçamento Geral do Estado de 2024 e a sua execução.

Foram igualmente considerados os contributos recebidos no âmbito das audiências públicas realizadas com os respetivos membros do Governo e dirigentes dos serviços da Administração Direta e Indireta do Estado sob sua tutela e superintendência.

Tais contributos permitiram, por um lado, justificar o orçamento proposto em face do plano de ação anual traçado por cada órgão e serviço, bem como servir de base para eventual formulação de propostas de alteração em sede de discussão da proposta de lei na especialidade.

3.2. Organização sistemática

O presente parecer está organizado em sete capítulos que tratam do seguinte:

a) Capítulo I - Introdução;

b) Capítulo II - Enquadramento constitucional e legal;
c) Capítulo III - Análise da proposta orçamental;
d) Capítulo IV - Conclusões;
e) Capítulo V - Recomendações;
f) Capítulo VI - Parecer;
g) Capítulo VII- Aprovação do Parecer.

4. Designação do Relator

Ao abrigo do n.º 3 do artigo 34º do Regimento do Parlamento Nacional, foi designado como Relator o Secretário da Mesa da Comissão da Educação, Juventude, Cultura e Cidadania, **Deputado Mateus da Cruz de Carvalho.**

II. ENQUADRAMENTO CONSTITUCIONAL E LEGAL

1. Enquadramento constitucional

A Constituição da República Democrática de Timor-Leste estabelece na alínea d) do n.º 1 do artigo 115.º e no n.º 1 do artigo 145.º competência absoluta do Parlamento Nacional para a aprovação do Orçamento Geral do Estado.

Esta competência absoluta é exercida através da aprovação ou da alteração da Lei do Orçamento Geral do Estado para um determinado ano financeiro. A sua concretização faz-se, pois, através de lei.

A iniciativa legislativa compete, em geral, aos Deputados, às Bancadas Parlamentares e ao Governo, nos termos do artigo 97.º da CRDTL e do artigo 90.º do RPN e consiste no poder de desencadear o procedimento legislativo.

No caso em apreço, por se tratar de legislar em matéria orçamental, a iniciativa legislativa está reservada exclusivamente ao Governo, consoante o disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 97.º, e na alínea d) do n.º 1 do artigo 115.º da CRDTL e no artigo 162.º do RPN.

2. Enquadramento legal

Em matéria de direito substantivo, além de enquadrado pela Constituição, o regime orçamental encontra-se previsto na Lei n.º 2/2022, de 10 de fevereiro, alterada pela Lei n.º 17/2023, de 29 de agosto, sobre Enquadramento do Orçamento Geral do Estado e da Gestão Financeira Pública.

III. ANÁLISE DA PROPOSTA ORÇAMENTAL

1. Orçamentos propostos

A análise dos orçamentos propostos pelos órgãos e serviços ligados às áreas de competência da Comissão faz-se também por referência ao orçamento atribuído em 2024 e à sua execução.

1.1. Ministério da Educação

O orçamento atribuído em 2024 foi de US$ 114.943.286 para a implementação de 5 programas, 25 subprogramas e 117 atividades.

O orçamento proposto para 2025 é de US$ 113.098.784 para a implementação de 5 programas, 27 subprogramas e 108 atividades.

Tabela 1. Comparação entre os orçamentos de 2024 e 2025 (por categoria)

Categoria	Dotação (US$)		Diferença (US$)	Variação (%)
	2024	2025		
Salários e Vencimentos	87.431.461	92.383.226	+4.951.765	+5,7%
Bens e Serviços	11.435.854	11.161.334	-274.520	-2,4%
Transferências Públicas	9.257.278	4.602.080	-4.655.198	-50,3%
Capital Menor	1.818.693	1.044.214	-774.479	-42,6%
Capital de Desenvolvimento	5.000.000	3.897.930	-1.102.070	-22,0%
TOTAL	114.943.286	113.098.784	-1.844.502	-1,6%

O orçamento total do ME em 2025 regista uma redução de 1,6% (1.844.502) face a 2024. Apesar da redução global, observa-se um aumento de 5,7% nas despesas com salários. Contudo, as transferências públicas diminuíram 50,3%, o capital menor 42,6% e o capital de desenvolvimento 22%. Esta discrepância exige uma análise aprofundada para compreender o impacto destas reduções nos programas do ME.

Tabela 2. Execução do orçamento de 2024 (por programa)

Programa	Dotação (US$)	Execução (%)
Funcionamento e desenvolvimento	18.007.670	70,6%
Educação pré-escolar	8.470.241	57,8%
Ensino básico	68.999.830	70,6%
Ensino secundário	14.259.347	54,3%
Ensino recorrente	253.232	55,9%
TOTAL	114.943.286	70,5%

A tabela mostra a execução orçamental por programa em 2024. Os programas de Funcionamento e Desenvolvimento Institucional e Ensino Básico apresentam taxas de execução elevadas (70,6%), enquanto que os programas de Educação Pré-Escolar, Ensino Secundário e Ensino Recorrente registam taxas mais baixas (entre 54,3% e 57,8%). A investigação das causas desta disparidade é fundamental.

Tabela 3. Dotação do orçamento de 2025 (por programa)

Programa	Dotação (US$)	Distribuição (%)
Funcionamento e desenvolvimento	18.332.093	16,3%
Educação pré-escolar	7.331.126	6,5%
Ensino básico	70.265.529	62,1%
Ensino secundário	16.791.804	14,9%
Ensino recorrente	378.232	0,3%
TOTAL	113.098.784	100%

Esta tabela apresenta a dotação orçamental por programa em 2025. Comparativamente a 2024, verifica-se um aumento nos programas de Funcionamento e Desenvolvimento Institucional (+1,8%) e de Ensino Básico (+1,84%). Por outro lado, observa-se uma redução significativa nos programas de Educação Pré-Escolar (-13,45%), Ensino Secundário (-11,88%) e Ensino Recorrente (-7,59%). É crucial analisar o impacto destas reduções na qualidade do ensino.

1.2. Ministério da Juventude, Desporto, Arte e Cultura e Secretaria de Estado da Arte e Cultura

O orçamento atribuído em 2024 foi de US$ 8.451.773, para a implementação de 3 programas, 9 subprogramas e 56 atividades.

O orçamento proposto para 2025 é de US$ 9.472.726, para a implementação de 3 programas, 9 subprogramas e 59 atividades.

Tabela 4. Comparação entre os orçamentos de 2024 e 2025 (por categoria)

Categoria	Dotação (US$)		Diferença (US$)	Variação (%)
	2024	2025		
Salários e Vencimentos	2.721.044	2.729.571	8.527	0,31%
Bens e Serviços	1.150.005	1.850.047	700.042	60,87%
Transferências Públicas	3.834.737	4.261.650	426.913	11,13%
Capital Menor	-	-	-	-
Capital de Desenvolvimento	745.983	631.458	-114.525	-15,37%
TOTAL	8.451.773	9.472.726	1.020.953	12,06%

O orçamento do MJDAC aumentou 12,06% em 2025 (1.020.953) em relação a 2024. No entanto, a distribuição por categorias alterou-se: os Bens e Serviços aumentaram significativamente (60,87%), enquanto o Capital de Desenvolvimento diminuiu (-15,37%). Esta alteração na alocação de recursos necessita de justificação.

Tabela 5. Execução do orçamento de 2024 (por programa)

Programa	Dotação (US$)	Execução (%)
Cultura e Património	749.920	65,6%
Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	4.095.399	80,5%
Inclusão Social	3.606.454	61,2%
TOTAL	8.451.773	71,8%

A taxa de execução orçamental do MJDAC em 2024 foi de 71,8%, indicando subutilização de recursos. Os programas de Cultura e Património e de Inclusão Social apresentam taxas de

execução mais baixas (65,6% e 61,2%, respetivamente), enquanto o programa de Funcionamento e Desenvolvimento Institucional apresenta a taxa mais elevada (80,5%). A análise das causas desta variação é necessária.

Tabela 6. Dotação do orçamento de 2025 (por programa)

Programa	Dotação (US$)	Distribuição (%)
Cultura e Património	833.172	8.80%
Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	4.531.530	46.75%
Inclusão Social	4.208.024	44.45%
TOTAL	9.472.726	100%

Esta tabela mostra a dotação orçamental do MJDAC para o ano de 2025, com a percentagem para cada categoria. As categorias de Salários e Vencimentos representam 28,8% do orçamento total, Bens e Serviços 19,5%, Transferências Públicas 45%, e Capital de Desenvolvimento 6,7%. A alocação de recursos para cada categoria necessita de análise para garantir que seja adequada às necessidades do MJDAC.

1.3. Ministério do Ensino Superior, Ciência e Cultura

O orçamento atribuído em 2024 foi de US$ 9.132.072, para a implementação de 2 programas, 6 subprogramas e 30 atividades.

O orçamento proposto para 2025 é de US$ 6.957.923, para a implementação de 2 programas, 6 subprogramas e 23 atividades.

Tabela 7. Comparação entre os orçamentos de 2024 e 2025 (por categoria)

Categoria	Dotação (US$)		Diferença (US$)	Variação (%)
	2024	2025		
Salários e Vencimentos	2.373.957	2.756.849	+382.892	+16,15%
Bens e Serviços	1.491.115	1.201.074	-290.041	-19,45%
Transferências Públicas	5.150.000	3.000.000	-2.150.000	-41,75%
Capital Menor	117.000	-	-	-
Capital de Desenvolvimento	-	-	-	-
TOTAL	9.132.072	6.957.923	-2.174.149	-23,77%

A análise comparativa entre 2024 e 2025 indica uma redução significativa no orçamento, o que pode afetar as atividades do Ministério.

Tabela 8. Execução do orçamento de 2024 (por programa)

Programa	Dotação (US$)	Execução (%)
Educação e Formação	6.203.861,97	94,5%
Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	1.071.270,15	76,2%
TOTAL	7.275.132,12	85,5%

Tabela 9. Dotação do orçamento de 2025 (por programa)

Programa	Dotação (US$)	Distribuição (%)
Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	2.095.183	30.1%
Ensino Superior	4.862.740	69.9%
TOTAL	6.957.923	100%

1.4. Agência Nacional para a Avaliação e Acreditação Académica, I.P.

O orçamento atribuído em 2024 foi de US$ 921.678, para a implementação de 2 programas, 5 subprogramas e 12 atividades.

O orçamento proposto para 2025 é de US$ 801.924, para a implementação de 2 programas, 3 subprogramas e 9 atividades.

Tabela 10. Comparação entre os orçamentos de 2024 e 2025 (por categoria)

Categoria	Dotação (US$)		Diferença (US$)	Variação (%)
	2024	2025		
Salários e Vencimentos	410.143	242.965	-167.178	-40,7%
Bens e Serviços	153.385	-	-	-
Transferências Públicas	-	-	-	-
Capital Menor	8.150	-	-	-
Capital de Desenvolvimento	350.000	350.000	0	0%
TOTAL	921.678	801.924	-119.754	-13%

Esta tabela compara o orçamento da ANAAA entre os anos de 2024 e 2025. Observa-se uma redução total de $119.754, o que representa 13% em comparação com 2024. É importante notar que há uma redução acentuada nas categorias de Salários e Vencimentos (-40,7%), Bens e Serviços (-100%) e Capital Menor (-100%). O Capital de Desenvolvimento mantém-se inalterado. A grande redução nas categorias de Bens e Serviços e Capital Menor requer uma explicação detalhada para melhor compreensão.

Tabela 11. Execução do orçamento de 2024 (por programa)

Programa	Dotação (US$)	Execução (%)
Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	527.825	16,7%
Educação e Formação	393.853	51,8%
TOTAL	921.678	31,4%

Esta tabela mostra a taxa de execução orçamental da ANAAA em 2024 para cada programa. A taxa de execução total é de 31,4%, o que indica que uma grande parte do orçamento não foi utilizada. O programa Funcionamento e Desenvolvimento Institucional apresenta uma taxa de execução muito baixa (16,7%), enquanto o programa de Educação e Formação tem a taxa de execução mais alta (51,8%). A diferença significativa na taxa de execução entre estes dois programas requer uma explicação detalhada.

Tabela 12. Dotação do orçamento de 2025 (por programa)

Programa	Dotação (US$)	Distribuição (%)
Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	548.419	68,4%
Educação e Formação	253.505	31,6%
TOTAL	801.924	100%

No ano de 2025, o orçamento total reduziu para $801.924, representando uma diminuição de $119.754 (13%) em comparação com 2024. Esta redução afeta dois programas: o programa de Funcionamento e Desenvolvimento Institucional, em que a dotação aumenta para $548.419, com um acréscimo de $20.594 (3,9%), e o programa de Educação e Formação, em que a dotação diminui para $253.505, com uma redução de $140.348 (35,6%). Isso indica uma redução significativa nos recursos destinados a ambos os programas.

1.5. Instituto Nacional de Ciências e Tecnologia

O orçamento atribuído em 2024 foi de US$ 720.105, para a implementação de 2 programas, 4 subprogramas e 8 atividades.

O orçamento proposto para 2025 é de US$ 664.769, para a implementação de 2 programas, 4 subprogramas e 8 atividades.

Tabela 13. Comparação entre os orçamentos de 2024 e 2025 (por categoria)

Categoria	Dotação (US$)		Diferença (US$)	Variação (%)
	2024	2025		
Salários e Vencimentos	288.274	369.198	+80.924	+28,1%
Bens e Serviços	251.831	291.803	+40.000	+15,8%
Transferências Públicas	-	-	-	-
Capital Menor	150.000	-	-	-
Capital de Desenvolvimento	30.000	3.768	-26.232	-87,4%
TOTAL	720.105	664.769	-55.336	-7,68%

Esta tabela compara o orçamento do INCT entre os anos de 2024 e 2025. Observa-se uma redução total de $55.336, o que representa uma diminuição de -7,68% em comparação com 2024. É importante notar que, apesar da redução total, houve um aumento nas categorias

de Salários e Vencimentos (+28,1%) e de Bens e Serviços (+15,8%). No entanto, verifica-se uma redução acentuada na categoria de Capital Menor (-100%) e de Capital de Desenvolvimento (-87,4%). Esta discrepância necessita de uma explicação detalhada para melhor compreensão.

Tabela 14. Execução do orçamento de 2024 (por programa)

Programa	Dotação (US$)	Execução (%)
Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	384.817	80,4%
Educação e Formação	335.288	30,5%
TOTAL	720.105	61,4%

Esta tabela mostra a taxa de execução orçamental do INCT no ano de 2024. A taxa de execução total é de 61,4%, o que indica que uma parte significativa do orçamento não foi utilizada. O programa de Funcionamento e Desenvolvimento Institucional apresenta uma taxa de execução elevada (80,4%), enquanto o programa de Educação e Formação tem uma taxa de execução muito baixa (30,5%). A grande diferença na taxa de execução entre estes dois programas requer uma explicação detalhada.

Tabela 15. Dotação do orçamento de 2025 (por programa)

Programa	Dotação (US$)	Distribuição (%)
Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	546.847	82,2%
Ensino Superior	117.922	17,7%
TOTAL	664.769	100%

Esta tabela apresenta a dotação orçamental do INCT para o ano de 2025, com a percentagem para cada programa. O programa de Funcionamento e Desenvolvimento

Institucional recebe a maior parte do orçamento (82,2%), enquanto o Ensino Superior recebe 17,7%. A alocação de recursos para cada programa precisa de análise para garantir que seja adequada às necessidades do INCT. Há falta de clareza em relação às categorias de Bens e Serviços e de Salários e Vencimentos.

1.6. Universidade Nacional de Timor Lorosa'e

O orçamento atribuído em 2024 foi de 17.281.336, para a implementação de 5 programas, 20 subprogramas e 47 atividades.

O orçamento proposto para 2025 é de US$ 16.757.166, para a implementação de 3 programas, 19 subprogramas e 47 atividades.

Tabela 16. Comparação entre os orçamentos de 2024 e 2025 (por categoria)

Categoria	Dotação (US$)		Diferença (US$)	Variação (%)
	2024	2025		
Salários e Vencimentos	12.822.077	12.857.110	+35.033	+0,27%
Bens e Serviços	4.345.751	2.311.669	-2.034.082	-46,85%
Transferências públicas	3.000	-	-	-
Capital Menor	110.508	250.000	-85.508	-77,4%
Capital de Desenvolvimento	-	1.338.387	-	-
TOTAL	17.281.336	16.757.166	-524.170	-3,03%

O orçamento total diminuiu 3% entre 2024 e 2025. Houve redução significativa nas categorias de Bens e Serviços (-47%), Transferências Públicas (-100%), e Capital Menor (-77%). Os salários aumentaram ligeiramente (+0.3%) e houve um novo investimento considerável na categoria de Capital de Desenvolvimento.

Tabela 17. Execução do orçamento de 2024 (por programa)

Programa	Dotação (US$)	Execução (%)
Grupo Traduzir	2.237.618.655	58.0%
Universidade Nacional de Timor Leste	17.281.336	70.7%
Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	17.109.416	70.6%
Educação e Formação	166.920	78.2%
Inclusão Social	5.000	70.0%
TOTAL	2.272.065.301	64,8%

Tabela 18. Dotação do orçamento de 2025 (por programa)

Programa	Dotação (US$)	Distribuição (%)
Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	8.053.469	48,1%
Ensino Superior	8.689.697	51,9%
Inclusão Social	14.000	100%
TOTAL	16.743.166	20,74%

1.7. Instituto Politécnico de Betano

O orçamento atribuído em 2024 foi de US$ 1.508.174, para a implementação de 3 programas, 4 subprogramas e 13 atividades.

O orçamento proposto para 2025 é de US$ 1.195.262, para a implementação de 2 programas, 3 subprogramas e 12 atividades.

Tabela 19. Comparação entre os orçamentos de 2024 e 2025 (por categoria)

Categoria	Dotação (US$)		Diferença (US$)	Variação (%)
	2024	2025		
Salários e Vencimentos	564.943	660.534	+95.591	+16,92%
Bens e Serviços	432.710	258.008	-174.702	-40,38%
Transferências Públicas	111.990	200.000	+88.010	+78,84%
Capital Menor	131.000	50.000	-81.000	-61,83%
Capital de Desenvolvimento	266.531	26.720	-239.811	-89,97%
TOTAL	1.508.174	1.195.262	-312.912	-20,74%

Esta tabela compara a dotação orçamental do IPB entre os anos de 2024 e 2025. Apresenta o orçamento total para cada ano, assim como as mudanças nos montantes e percentagens para cada categoria de despesa. Há uma redução significativa no orçamento total (20,77%) de 2024 para 2025, o que indica que o IPB enfrenta uma redução orçamental acentuada. Na categoria de Salários e Vencimentos, regista-se um aumento (16,92%), apesar da redução no orçamento total, o que demonstra uma prioridade no pagamento de salários aos funcionários. Na categoria de Bens e Serviços, há uma redução acentuada (40,38%) que pode afetar as atividades operacionais do IPB. Na categoria de Transferências Públicas, regista-se um aumento (78,84%) que pode significar um aumento no apoio por parte do Governo. Na categoria de Capital Menor, há uma redução significativa (61,83%) que pode impactar os projetos de desenvolvimento de menor escala. Na categoria de Capital de Desenvolvimento, regista-se uma redução muito acentuada (89,97%) que afetar projetos de desenvolvimento mais importantes.

Tabela 20. Execução do orçamento de 2024 (por programa)

Programa	Dotação US$)	Execução (%)
Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	686.181	79,4%
Ensino Superior	16.000	3,6%
Educação e Formação	805.993	75,9%
TOTAL	1.508.174	76,9%

Esta tabela apresenta a execução orçamental do IPB para o ano de 2024, mostrando a percentagem do orçamento que já foi executada para cada programa. A execução total do orçamento é de 76,9%, o que significa que uma parte significativa do orçamento ainda não foi utilizada. No programa de Funcionamento e Desenvolvimento Institucional, a taxa de execução é de 79,4%, que se aproxima da média. No programa de Ensino Superior, regista-se uma taxa de execução muito baixa (3,6%), sendo necessária uma análise mais detalhada para compreender as razões. No programa de Educação e Formação, a taxa de execução é de 75,9%, que está perto da média.

Tabela 21. Dotação do orçamento de 2025 (por programa)

Programa	Dotação (US$)	Distribuição (%)
Funcionamento e Desenvolvimento	487.821	40,8%
Ensino Superior	707.441	59,2%
TOTAL	1.195.262	100%

Esta tabela mostra a dotação orçamental do IPB para o ano de 2025, com a distribuição percentual para cada programa. O orçamento total é de $1.195.262. O programa de Funcionamento e Desenvolvimento Institucional recebe 40,8% do orçamento total,

enquanto que o programa de Ensino Superior recebe 59,2%. Isto demonstra a prioridade dada ao programa de Ensino Superior.

1.8. Autoridades Municipais

Tabela 22. Comparação dos orçamentos de 2024 e 2025

Autoridade Municipal	Dotação (US$)		Diferença (US$)	Variação (%)
	2024	2025		
Aileu	4.305.506	7.523.864	3.218.358	74.73%
Ainaro	4,354,025.00	7.879.212	3.525.187	80.93%
Ataúro	2.102.571	2.550.389	447.818	21,3%
Baucau	9,456,741.00	12.437.747	2.981.006	31.52%
Bobonaro	9.270.244	11.308.414	2.038.170	22.00%
Covalima	7,256,651.00	8.293.634	1.036.983	14.30%
Díli	16,169,783.00	19.234.005	3.064.222	18.95%
Ermera	8,828,787.00	12.871.246	4.042.459	45.77%
Lautém	7,628,912.00	8.691.721	1.062.809	13.93%
Liquiçá	6,401,407.00	7.570.984	1.169.577	18.27%
Manatuto	6,808,247.00	7.534.700	726.453	10.67%
Manufahi	6,401,792.00	7.701.471	1.299.679	20.30%
Viqueque	6,701,423.00	10.026.540	3.325.117	49.61%

1.8.1. Autoridade Municipal de Aileu

Tabela 23. Comparação entre os orçamentos de 2024 e 2025 (por programa/ subprograma)

Programa	Subprograma	Dotação (US$)		Diferença (US$)	Variação (%)
		2024	2025		
Educação Pré-Escolar		156.179	118.335	-37.844	-24.2%
	Ensino Pré-Escolar	156.179	-	-	-
	Merenda Escolar	135.575	108.217	-27.358	-20.2%
	Gestão e Políticas na Educação Pré-Escolar	-	10.118	-	-
Ensino Básico		1.019.150	1.604.041	584.891	57,4%
	Ensino Básico	1.120.977	-	-	-
	Merenda Escolar	913.302	1.604.041	690.739	75,6%
Ensino Recorrente		7.527	100	7.427	98,7%
	Ensino Recorrente	7.527	-	-	-
	Fortalecimento dos Centros de Aprendizagem Comunitários	-	100	-	-
TOTAL		3.516.416	1.722.476	1.211.865	-50,98%

Nota: A merenda escolar era uma atividade no OGE de 2024, passando a ser um subprograma no OGE de 2025.

1.8.2. Autoridade Municipal de Ainaro

Tabela 24. Comparação entre os orçamentos de 2024 e 2025 (por programa/ subprograma)

Programa	Subprograma	Dotação (US$)		Diferença (US$)	Variação (%)
		2024	2025		
Educação Pré-Escolar		392.951	302.823	-90.128	-22,9%
	Merenda Escolar	99.281	225.951	126.670	127,6%
	Gestão e Políticas na Educação Pré-Escolar	-	76.872	-	-
Ensino Básico		557.299	1.911.730	1.354.431	243,2%
	Merenda Escolar	541.858	1.911.730	1.369.872	252,7%
Ensino Recorrente		27.404	25.392	-2.012	-7,3%
	Ensino Recorrente	27.404	-	-	-
	Fortalecimento dos Centros de Aprendizagem Comunitários	-	25.392	-	-
TOTAL		1.645.197	2.239.945	2.760.833	593,3%

Nota: O ensino pré-escolar e o ensino básico eram dois subprogramas no OGE de 2024, passando a ser dois programas no OGE de 2025. A merenda escolar era uma atividade no OGE de 2024, passando a ser um subprograma no OGE de 2025.

1.8.3. Autoridade Municipal de Ataúro

Tabela 25. Comparação entre os orçamentos de 2024 e 2025 (por programa/ subprograma)

Programa	Subprograma	Dotação (US$)		Diferença (US$)	Variação (%)
		2024	2025		
Educação Pré-Escolar		51.313	43.509	-7.804	-15,19%
	Ensino Pré-Escolar	51.313	43,509	-7.804	-15,19%
	Merenda Escolar	46.528	39.789	-6.739	-15,19%
Ensino Básico		543.750	308.015	-235.735	
	Ensino Básico	543.750	238.015	-305.735	-15,19%
	Merenda Escolar	235.767	183.624	-52.143	-15,19%
	Infraestruturas Escolares	231.325	70.000	-161.325	-15,19%
Ensino Recorrente		24.530	23.730	-800	-15,19%
	Ensino Recorrente	24.530	23.730	-800	-15,19%
TOTAL		1.552.256	375.254	-1.106.521	-30,38%

1.8.4. Autoridade Municipal de Baucau

Tabela 26. Comparação entre os orçamentos de 2024 e 2025 (por programa/ subprograma)

Programa	Subprograma	Dotação (US$)		Diferença (US$)	Variação (%)
		2024	2025		
Educação Pré-Escolar		174.432	135.656	128.292	4,6%
	Ensino Pré-Escolar	174.432	-	-	-
	Merenda Escolar	135.560	121.271	-14.289	-10,5%
	Gestão e Políticas na Educação Pré-Escolar	-	14.385	-	-
Ensino Básico		2.783.612	2.911.904	128.292	4,61%
	Ensino Básico	2.783.612	-	-	-
	Merenda Escolar	2.562.132	2.911.904	349.772	3,6%
Ensino Recorrente		25.212	1.237	-23.975	-95,1%
	Ensino Recorrente	25.212	-	-	-
	Fortalecimento dos Centros de Aprendizagem Comunitários	-	1.237	-	-
TOTAL		8714.202	3.048.797	578.092	-43,9

Nota: A merenda escolar era uma atividade no OGE de 2024, passando a ser um subprograma no OGE de 2025.

1.8.5. Autoridade Municipal de Bobonaro

Tabela 27. Comparação entre os orçamentos de 2024 e 2025 (por programa/ subprograma)

Programa	Subprograma	Dotação (US$)		Diferença (US$)	Variação (%)
		2024	2025		
Educação Pré-Escolar		286.664	519.356	256.692	97.73%
	Ensino Pré-Escolar	286.664	-	-	-
	Merenda Escolar	236.328	501.888	265.560	112,4%
	Gestão e Políticas na Educação Pré-Escolar	-	17.468	-	-
Ensino Básico		2.477.081	2.074.841	-402.240	-16.22%
	Ensino Básico	2.477.081	-	-	-
	Merenda Escolar	2.176.609	1.574.381	-602.228	-27,7%
Ensino Recorrente		-	19.271	-	-
	Fortalecimento dos Centros de Aprendizagem Comunitários	-	19.271	-	-
TOTAL		5.763.818	2.613.468	-1013.336	112,34%

Nota: A merenda escolar era uma atividade no OGE de 2024, passando a ser um subprograma no OGE de 2025.

1.8.6. Autoridade Municipal de Covalima

Tabela 28. Comparação entre os orçamentos de 2024 e 2025 (por programa/subprograma)

Programa	Subprograma	Dotação (US$)		Diferença (US$)	Variação (%)
		2024	2025		
Educação Pré-Escolar		155.689	315.245	159.556	102.49%
	Ensino Pré-Escolar	155.689	-	-	-
	Merenda Escolar	139.984	299.243	159.259	113.77%
	Gestão e Políticas na Educação Pré-Escolar	-	16.002	-	-
Ensino Básico		1.646.816	1.685.201	38.385	2.33%
	Ensino Básico	1.646.816	-	-	-
	Merenda Escolar	1.331.652	1.685.201	353.549	26.56%
Ensino Recorrente		41.280	1.000	958.720	2323,2%
	Ensino Recorrente	41.280	-	-	-
	Fortalecimento dos Centros de Aprendizagem Comunitários	-	1.000	-	-
TOTAL		3.314.421	2.001.446	668.025	2528,72%

Nota: A merenda escolar era uma atividade no OGE de 2024, passando a ser um subprograma no OGE de 2025.

1.8.7. Autoridade Municipal de Díli

Tabela 29. Comparação entre os orçamentos de 2024 e 2025 (por programa/subprograma)

Programa	Subprograma	Dotação (US$)		Diferença (US$)	Variação (%)
		2024	2025		
Educação Pré-Escolar		576.448	560.794	-15.654	-2.71%
	Ensino Pré-Escolar	576.448	-	-	-
	Merenda Escolar	508.391	512.846	4.455	0.88%
	Gestão e Políticas na Educação Pré-Escolar	-	47.948	-	-
Ensino Básico		4.784.675	6.630.415	1.845.740	38.57%
	Ensino Básico	4.784.675	-	-	-
	Merenda Escolar	4.307.688	6.630.415	2.322.727	53.91%
Ensino Recorrente		63.830	63.830		0
	Ensino Recorrente	63.830	-	-	-
	Fortalecimento dos Centros de Aprendizagem Comunitários	-	63.830	-	-
TOTAL		10.001.082	7.255.039	3.868.037	62.19%.

Nota: A merenda escolar era uma atividade no OGE de 2024, passando a ser um subprograma no OGE de 2025.

1.8.8. Autoridade Municipal de Ermera

Tabela 30. Comparação entre os orçamentos de 2024 e 2025 (por programa/subprograma)

Programa	Subprograma	Dotação (US$)		Diferença (US$)	Variação (%)
		2024	2025		
Educação Pré-Escolar		225.859	180.013	-45.846	-20.31%
	Ensino Pré-Escolar	225.859	-	-	-
	Merenda Escolar	221.619	161.704	-27.03%	-136.94%
	Gestão e Políticas na Educação Pré-Escolar	-	18.309	-	-
Ensino Básico		2.356.911	3.944.969	1.588.058	67.42%
	Ensino Básico	2.356.911	-	-	-
	Merenda Escolar	2.189.408	3.944.969		80.17%
Ensino Recorrente		26.546	15.200	-11.346	-11.346
	Ensino Recorrente	26.546	-	-	-
	Fortalecimento dos Centros de Aprendizagem Comunitários	-	15.200	-	-
TOTAL		8.060.182	4.140.182	3.139.799	-126.93%

Nota: A merenda escolar era uma atividade no OGE de 2024, passando a ser um subprograma no OGE de 2025.

1.8.9. Autoridade Municipal de Lautém

Tabela 31. Comparação entre os orçamentos de 2024 e 2025 (por programa/subprograma)

Programa	Subprograma	Dotação (US$)		Diferença (US$)	Variação (%)
		2024	2025		
Educação Pré-Escolar		269.582	262.107	-7.475	-2.77%
	Ensino Pré-Escolar	269.582	-	-	-
	Merenda Escolar	269.582	239.697	-29.885	-11.08%
	Gestão e Políticas na Educação Pré-Escolar	-	22.410	-	-
Ensino Básico		1.716.839	2.041.828	324.989	18.91%
	Ensino Básico	1.716.839	-	-	-
	Merenda Escolar	1.385.799	2.041.828	656.029	47.37%
Ensino Recorrente		2.448	-		-
	Ensino Recorrente	2.448	-	-	-
TOTAL		3.644.200	2.303.935	965.800	16.66%

Nota: A merenda escolar era uma atividade no OGE de 2024, passando a ser um subprograma no OGE de 2025.

1.8.10. Autoridade Municipal de Liquiçá

Tabela 32. Comparação entre os orçamentos de 2024 e 2025 (por programa/subprograma)

Programa	Subprograma	Dotação (US$)		Diferença (US$)	Variação (%)
		2024	2025		
Educação Pré-Escolar		154.072	148.429	-5.643	-3.66%
	Ensino Pré-Escolar	154.072	-	-	-
	Merenda Escolar	125.776	132.544	6.768	5.38%
	Gestão e Políticas na Educação Pré-Escolar	-	15.885	-	-
Ensino Básico		1.281.561	1.729.161	447.600	34.93%
	Ensino Básico	1.281.561	1.352.461	70.900	5.53%
	Merenda Escolar	996.978	376.700	-620.278	-62.22%
Ensino Recorrente		17.680	17.680	0	0
	Ensino Recorrente	17.680	17.680	0	0
TOTAL		3.000.000	1.895.270	770.000	25.67%

Nota: A merenda escolar era uma atividade no OGE de 2024, passando a ser um subprograma no OGE de 2025.

1.8.11. Autoridade Municipal de Manatuto

Tabela 33 Comparação entre os orçamentos de 2024 e 2025 (por programa/subprograma)

Programa	Subprograma	Dotação (US$)		Diferença (US$)	Variação (%)
		2024	2025		
Educação Pré-Escolar		116.820	91.801	-25.019	-21.40%
	Ensino Pré-Escolar	116.820	12.186	12.186	−89.61%
	Merenda Escolar	103.320	79.615	-23.705	-22.92%
Ensino Básico		1.109.708	1.002.215	-107.493	-9.69%
	Ensino Básico	1.109.708	1.002.215	1.002.215	−9.69%
	Merenda Escolar	929.880	702.131	-227.749	-24.51%
Ensino Recorrente		21.816	-	-	-
	Ensino Recorrente	21.816	-	-	-
TOTAL		2.398.370	1.094.016	-398.370	−222.49%

Nota: A merenda escolar era uma atividade no OGE de 2024, passando a ser um subprograma no OGE de 2025.

1.8.12. Autoridade Municipal de Manufahi

Tabela 34. Comparação entre os orçamentos de 2024 e 2025 (por programa/subprograma)

Programa	Subprograma	Dotação (US$)		Diferença (US$)	Variação (%)
		2024	2025		
Educação Pré-Escolar		92.902	414.020	321.118	345.47%
	Ensino Pré-Escolar	92.902	-	-	-
	Merenda Escolar	92.902	397.475	304.573	327.92%
	Gestão e Políticas na Educação Pré-Escolar	-	16.545	-	-
Ensino Básico		1.204.962	1.224.547	19.585	1.63%
	Ensino Básico	1.204.962	19.299	19.299	
	Merenda Escolar	972.044	1.205.248	233.204	23.99%
Ensino Recorrente		34.047	-	-	-
	Ensino Recorrente	34.047	-	-	-
TOTAL		2.600.000	1.638.567	200.00	662.83%

Nota: A merenda escolar era uma atividade no OGE de 2024, passando a ser um subprograma no OGE de 2025.

1.8.13. Autoridade Municipal de Viqueque

Tabela 35. Comparação entre os orçamentos de 2024 e 2025 (por programa/subprograma)

Programa	Subprograma	Dotação (US$)		Diferença (US$)	Variação (%)
		2024	2025		
Educação Pré-Escolar		145.866	507.344	361.478	248.54%
	Ensino Pré-Escolar	145.866	-	-	-
	Merenda Escolar	130.807	95.936	-34.871	-26.67%
	Gestão e Políticas na Educação Pré-Escolar	-	411.408	-	-
Ensino Básico		1.319.364	1.079.501	-239.863	-18.21%
	Ensino Básico	1.319.364	-	-	-
	Merenda Escolar	1.117.613	1.079.501		
Ensino Recorrente		36.134	-	-	-
	Ensino Recorrente	36.134	-	-	-
TOTAL		1.586.845	1.586.845	48.632	200.25%

Nota: A merenda escolar era uma atividade no OGE de 2024, passando a ser um subprograma no OGE de 2025.

1.9. Secretaria de Estado da Comunicação Social

O orçamento proposto para 2025 é de US$ 6.038.535, para a implementação de 3 programas, 7 subprogramas e 26 atividades.

Comparação entre os orçamentos de 2024 e 2025

O orçamento de 2024 da SECOMS estava integrado no orçamento geral da Presidência do Conselho de Ministros.

Para o ano de 2025, o orçamento da SECOMS foi separado do orçamento geral da Presidência do Conselho de Ministros, recebendo uma alocação de US$ 6.038.535.

Execução do orçamento de 2024

Tendo em conta ter o orçamento de 2024 estado integrado no orçamento geral da Presidência do Conselho de Ministros, não nos foi possível analisar quanto à sua execução.

Tabela 36. Dotação do orçamento de 2025 (por programa)

Programa	Dotação (US$)	Distribuição (%)
Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	1.290.425	21,37%
Desenvolvimento do Setor da Comunicação Social	4.536.460	75,13%
Desenvolver um sistema de Comunicação Institucional do Governo	211.650	3,50%
TOTAL	6.038.535	100%

Esta tabela mostra como um orçamento total de US$ 6.038.535 foi distribuído entre três programas diferentes. O programa de Funcionamento e Desenvolvimento Institucional recebeu uma dotação de US$ 1.290.425, que representa 21,37% do orçamento total. O programa de Desenvolvimento do Setor da Comunicação Social a maior parte do orçamento, com US$ 4.536.460, correspondendo a 75,13% do total. O programa de Desenvolver um Sistema de Comunicação Institucional do Governo recebeu a menor parte do orçamento, com US$ 211.650, ou 3,50% do total.

1.10. TATOLI - Agência Noticiosa de Timor-Leste, I. P.

O orçamento atribuído em 2024 foi de US$ 649.526, para a implementação de 3 programas.

O orçamento proposto para 2025 é de US$ 667.055, para a implementação de 2 programas, 3 subprogramas e 7 atividades.

Tabela 37. Comparação entre os orçamentos de 2024 e 2025 (por categoria)

Categoria	Dotação (US$)		Diferença (US$)	Variação (%)
	2024	2025		
Salários e Vencimentos	492,059.00	533,159	41,100	8,37%
Bens e Serviços	157,467.00	133,896	-23,751	-14,96%
Transferências Públicas	-	-	-	-
Capital Menor	-	-	-	-
Capital de Desenvolvimento	-	-	-	-
TOTAL	649,526	667,055	17,349	−6.59%

Esta tabela compara as dotações orçamentais de 2024 e 2025 para duas categorias de despesa: Salários e Vencimentos e Bens e Serviços.

Para a categoria de Salários e Vencimentos: a) em 2024, a dotação foi de US$ 492.059; b) em 2025, a dotação aumentou para US$ 533.159; c) a diferença é de US$ 41.100 (533.159 - 492.059), representando um aumento, d) a variação percentual é de 8,37%, indicando um crescimento de 8,37% na dotação para salários e vencimentos de 2024 para 2025.

Para a categoria de Bens e Serviços: a) em 2024, a dotação foi de US$ 157.467; b) em 2025, a dotação diminuiu para US$ 133.896; c) a diferença é de -US$ 23.571 (133.896 - 157.467), representando uma diminuição; d) a variação percentual é de -14,96%, indicando uma redução de 14,96% na dotação para bens e serviços de 2024 para 2025.

Tabela 38. Execução do orçamento de 2024 (por programa)

Programa	Dotação (US$)	Execução (%)
Garantir à Liberdade de Expressão e Acesso à Informação	369,521.00	77.5%
Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	280,005.00	79.7%
TOTAL	649,526.00	78.4%

A execução orçamental de 2024, demonstra uma taxa de execução global de 78%.

Tabela 39. Dotação do orçamento de 2025 (por programa)

Programa	Categoria 501		Categoria 502	
	Dotação (US$)	Distribuição (%)	Dotação (US$)	Distribuição (%)
Garantir à Liberdade de Expressão e Acesso à Informação	316,478	59,3%	80,684	62,2%
Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	216,681	40,7%	53,212	39,8%
TOTAL	533,159	100%	133,896	100%

A análise da distribuição percentual revela que, em ambas as categorias, a maior parte dos recursos é destinada ao programa "Garantir à Liberdade de Expressão e Acesso à Informação". Embora as proporções sejam semelhantes entre as categorias (aproximadamente 60% para o primeiro programa e 40% para o segundo), as quantias absolutas são significativamente maiores na categoria 501. Isso sugere que a categoria 501

tem um orçamento global maior do que a categoria 502, afetando o valor absoluto da dotação para cada programa.

2. Audiências públicas

A Comissão realizou audiências públicas com os órgãos e serviços ligados às áreas da sua competência, nas quais se procedeu à apresentação da execução do Orçamento Geral do Estado de 2024, bem como da proposta de Orçamento Geral do Estado para 2025.

Estas audiências públicas tiveram lugar entre os dias 21 e 24 de outubro de acordo com o seguinte calendário:

Data	Hora	Entidade	Comissão	Local
21/10/2024	14h30	• Instituto Nacional de Ciências e Tecnologias • Agência Nacional de Acreditação e Avaliação Académica	Comissão G	Sala do anterior edifício do Ministério das Finanças
22/10/2024	09h00	• Ministério da Administração Estatal	Comissão A, C e G	Sala do Plenário
	14h30	• Ministério da Educação • Secretaria de Estado do Ensino Secundário Geral e Ensino Secundário Técnico-Vocacional • INFORDEPE	Comissão G	Sala do anterior edifício do Ministério das Finanças
23/10/2024	9h00	• Autoridade da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno (A-RAEOA)	Comissão C, D, E e G	Sala do Plenário

	14h00	• Ministério do Planeamento e Investimento Estratégico		
	14h30	• Ministério do Ensino Superior, Ciência e Cultura • Instituto Politécnico de Betano • Universidade Nacional de Timor Lorosa'e	Comissão G	Sala do anterior edifício do Ministério das Finanças
24/10/2024	09h00	• Ministério da Juventude, Desporto, Arte e Cultura • Secretaria de Estado da Arte e Cultura	Comissão G	Sala do anterior edifício do Ministério das Finanças
	14h00	• Secretaria de Estado da Comunicação Social • TATOLI - Agência Noticiosa de Timor-Leste, I.P.		
28/10/2024	9h30	• Apreciação e aprovação do Parecer Setorial da PPL n.º 12/VI (2ª), sobre Orçamento Geral do Estado para 2025 • Remessa do Parecer Setorial à Comissão das Finanças Públicas (Comissão C)		Sala C. G

A audiência com o Instituto Nacional de Ciências e Tecnologias e a Agência Nacional de Acreditação e Avaliação Académica teve lugar no dia 23/10/2024.

Estas audiências públicas permitiram, por um lado, aos referidos órgãos e serviços justificar as verbas previstas para os programas, subprogramas e atividades propostos

para 2025 e, por outro lado, à Comissão formular comentários e sugestões, bem como obter esclarecimentos a questões suscitadas no âmbito da análise orçamental efetuada.

Relata-se o seguinte:

2.1. Ministério da Educação e Secretaria de Estado do Ensino Secundário e Ensino Secundário Técnico-Vocacional

a) Qual é o motivo da redução do orçamento de alguns programas e subprogramas, bem como da categoria de Capital de Desenvolvimento?

Resposta: A redução do orçamento de alguns programas e subprogramas diz respeito à transição do orçamento relativo às concessões escolares para as Autoridades Municipais. A redução do orçamento alocado na categoria de Capital de Desenvolvimento tem a ver com a implementação em curso de 129 projetos de infraestruturas que se espera serem concluídas no ano seguinte. Por contradição a esta redução, verifica-se um aumento do orçamento alocado na categoria de Salários e Vencimentos para cobrir as despesas de recrutamento de novos professores.

b) Qual é o motivo da suspensão das obras de construção de edifícios escolares em vários municípios, e da pendência no pagamento dos projetos comunitários e de entrega dos edifícios escolares, cuja construção tenha sido finalizada?

Resposta: A suspensão das obras de construção de edifícios escolares deve-se sobretudo à falta de colaboração dos grupos comunitários para corrigirem as falhas detetadas pela ADN aquando da sua inspeção em tereno. A pendência no pagamento dos projetos comunitários, nomeadamente da garantia de 10%, bem como na entrega dos edifícios escolares depende da verificação final da ADN que ateste a qualidade e a completude do projeto de construção.

c) Qual é o ponto de situação do processo de recrutamento de professores que se encontravam em regime de contratação temporária ou de voluntariado, bem como de atribuição de subsídio de bolsas de candidatos?

Resposta: O processo de recrutamento de novos professores teve um resultado positivo por a maioria ter sido mulheres e terem passado diretamente para o

quadro permanente da função pública. Quanto ao processo de ingresso especial de professores, espera-se finalizar em 2025, com o recrutamento de mais de 4600 professores.

d) Quais são os critérios de colocação e destacamento dos professores e quais as condições criadas pelo ministério para o efeito?

Resposta: A colocação ou destacamento de professores baseia-se nas necessidades apresentadas pelos estabelecimentos escolares nos respetivos quadros de pessoal, bem como no domínio da língua em vista a facilitar o processo de aprendizagem. Uma das condições criadas para o destacamento de professores é a disponibilização de residências próprias. Além de se dever ter em conta que o salário dos professores inclui o subsídio de transporte e o subsídio de colocação.

e) Qual é o ponto de situação do pagamento dos salários dos professores e do pagamento de retroativos do pessoal que tenha exercido cargos de direção e chefia nos estabelecimentos escolares?

Resposta: Houve uma falha no pagamento de retroativos do pessoal que tenha exercido cargos de direção e chefia pelo facto de, ao se ter procedido à revisão do regime legal em vigor, ter-se estabelecido uma separação entre o salário e o subsídio correspondente.

f) Qual é o ponto de situação da implementação do ensino recorrente no país?

Resposta: Relata-se que nos últimos exames nacionais houve a participação de estudantes finalistas do ensino recorrente. Além disto, está em curso o processo de alfabetização através da implementação de um programa nacional de equivalência.

g) Quais foram as medidas tomadas pelo ministério para garantir a continuidade do processo de ensino e aprendizagem após o término da escolaridade obrigatória?

Resposta: A maior parte dos alunos que tenham terminado a escolaridade obrigatória continuam para o ensino secundário, seja ensino secundário geral, seja ensino secundário técnico-vocacional.

h) Quais foram as medidas tomadas pelo ministério para garantir a implementação do programa de educação inclusiva, bem como do programa de educação reprodutiva ou sexual?

Resposta: Uma das medidas tomadas é a criação de condições para a continuidade do processo de aprendizagem de estudantes grávidas, particularmente a garantia da sua participação nos exames.

i) Qual é o ponto de situação do processo referente aos uniformes escolares?

Resposta: O processo referente aos uniformes escolares encontra-se ainda em fase de design, após o qual será aprovado pelo Conselho de Ministros.

2.2. Ministério da Juventude, Desporto, Arte e Cultura

a) Qual é o motivo da baixa execução do orçamento alocado para certas atividades, como por exemplo, às atividades da Conselho Nacional do Desporto, em contraponto à elevada execução do orçamento alocado para outras atividades?

Resposta: A fraca execução do orçamento alocado ao Conselho Nacional do Desporto justifica-se pelo facto de o pagamento dos prémios a atribuir aos atletas nacionais que tenham sucedido em competições internacionais estar dependente de aprovação do respetivo regime legal.

b) Qual é o motivo do aumento de 12,6% em relação ao orçamento de 2024, a não alocação de orçamento na categoria de Capital Menor e a redução do orçamento alocado na categoria de Capital de Desenvolvimento?

Resposta: A não alocação de orçamento na categoria de Capital Menor foi por decisão do Primeiro-Ministro. A redução do orçamento alocado na categoria de Capital de Desenvolvimento deveu-se à finalização da construção do centro de treinamento, em Becora, bem como da reabilitação dos campos de futebol em Bidau, em Kampo Alor e em Kampo Baru.

c) Face à contratação de profissionais de desporto sem qualificação técnica ou académica adequadas, quais as medidas tomadas pelo ministério para ultrapassar esta situação?

Resposta: Uma das medidas tomadas é o estabelecimento de uma cooperação com o Governo de Cuba para a contratação de professores de desporto a alocar no Departamento de Desporto da UNTL. Uma outra medida é a colaboração direta com o Ministério da Educação para integrar o desporto no currículo escolar.

d) Qual é o ponto de situação da implementação do Código dos Direitos do Autor relativamente à confeção do tais por município, à composição de músicas, etc.?
Resposta: De momento, o ministério está a disseminar informação sobre o Código dos Direitos do Autor para facilitar a sua posterior implementação, enquanto aguarda a sua regulamentação em coordenação com outros ministérios.

e) Qual é o motivo de se continuar a alocar orçamento para o CRAM quando se determinou a suspensão das atividades dos grupos de artes marciais?
Resposta: As atividades dos grupos de artes marciais podem ter sido suspensas, porém a CRAM continua a funcionar. Daí que se tenha de prever orçamento para a CRAM.

f) Qual é o ponto de situação das atividades dos grupos de artes marciais?
Resposta: As atividades dos grupos de artes marciais estão suspensas até ao dia 10 de novembro, após o qual o CRAM e o ministério deverão apresentar um relatório ao Conselho de Ministros.

g) Como estamos em termos de preparação para a realização dos jogos da CPLP, do SEA GAMES e de outras competições desportivas?
Resposta: Já há orçamento alocado para a realização dos jogos da CPLP e de outros eventos desportivos. Em termos de preparação, o ministro já emitiu um despacho de criação da comissão organizadora dos jogos da CPLP, esperando depois criar-se uma comissão interministerial para o efeito. Quanto à preparação para a participação de Timor-Leste no SEA GAMES, o ministério já está a coordenar com a CDTL e o CPNTL.

h) Qual é o plano do ministério para se avançar com um novo design dos uniformes ou equipamentos nacionais?

Resposta: Está em curso a preparação de um diploma relativo a trajes nacionais para apresentação e aprovação pelo Conselho de Ministros.

2.3. Ministério do Ensino Superior, Ciência e Cultura

a) Qual é o motivo da não alocação de orçamento na categoria de Capital Menor?
Resposta: A falta de orçamento alocado à categoria de Capital Menor foi por decisão do Primeiro-Ministro.

b) Qual é o motivo da redução do orçamento alocado à categoria de Salários e Vencimentos?
Resposta: A redução do orçamento alocado à categoria de Salários e Vencimentos foi por decisão do Comité de Revisão Orçamental.

c) Qual é o motivo do aumento do orçamento alocado à categoria de Bens e Serviços?
Resposta: O aumento do orçamento alocado à categoria de Bens e Serviços resulta da transferência de trabalhadores casuais para o regime de agentes da administração pública e da necessidade de colocação de adidos nos países da ASEAN e no Brasil.

d) Quais foram as medidas tomadas pelo ministério para a melhoria das infraestruturas das universidades privadas?
Resposta: O ministério tem apoiado as universidades privadas através da transferência de fundos. Até ao momento já está concluído a transferência de 40% do montante total, estando em processo o pagamento dos restantes 60%.

2.4. Agência Nacional para a Avaliação e Acreditação Académica, I.P.

a) Qual é o motivo da não execução do orçamento alocado na categoria de Capital de Desenvolvimento?
Resposta: A não execução do orçamento alocado na categoria de Capital de Desenvolvimento deveu-se pelo facto de a ANAAA não ter obtido autorização do Ministério da Educação para avançar com a construção do seu novo edifício no terreno do ministério.

b) Qual é o motivo da redução drástica do orçamento alocado na categoria de Salários e Vencimentos, e a falta de orçamento alocado à categoria de Bens e Serviços?

Resposta: A diminuição do orçamento alocado à categoria de Bens e Serviços justifica-se por motivos de finalização de certas atividades no ano em curso que não implicam novo orçamento para o ano seguinte.

c) Qual é o motivo do aumento do orçamento alocado ao programa de Funcionamento e Desenvolvimento Institucional em contraponto à redução do orçamento alocado ao programa de Ensino Superior?

Resposta: O aumento do orçamento alocado ao programa de Funcionamento e Desenvolvimento Institucional deve-se à contratação de 9 novos funcionários.

d) Qual é o ponto de situação dos cursos avaliados e acreditados pela ANAAA?

Resposta: Os números recentes apontam para 191 cursos avaliados e acreditados em 2023 e 20 cursos em processo de avaliação e acreditação.

2.5. Instituto Nacional de Ciências e Tecnologia

a) Qual é o motivo para o aumento do orçamento alocado nas categorias de Salários e Vencimentos e de Bens e Serviços?

Resposta: Prevê-se uma disponibilidade orçamental na categoria de Bens e Serviços para a contratação de técnicos.

b) Qual é o motivo da redução drástica do orçamento alocado à categoria de Capital de Desenvolvimento?

Resposta: Em 2024 já tinha sido alocado um orçamento de US$ 30.000 na categoria de Capital de Desenvolvimento para a construção do novo edifício do INCT. Para 2025, reserva-se apenas um orçamento de US$ 3.000 para responder a necessidades de manutenção.

c) Qual é a utilidade das pesquisas e a sua contribuição para o desenvolvimento nacional?

Resposta: Planeia-se a realização de um estudo sobre a implementação dos resultados das pesquisas e investigações feitas.

2.6. Universidade Nacional de Timor Lorosa'e

a) Qual é o motivo da fraca execução do orçamento alocado à UNTL nas categorias de Bens e Serviços, Capital Menor e Capital de Desenvolvimento?

Resposta: A fraca execução do orçamento alocado à categoria de Bens e Serviços justifica-se pelo facto do orçamento da categoria de Capital de Desenvolvimento ter sido integrado nesta categoria. A fraca execução do orçamento alocado à categoria de Capital Menor deve-se à pendência da entrega de mobiliário e outros equipamentos para a Faculdade de Agricultura.

b) Há disponibilidade de orçamento para recursos humanos e colocação de professores permanentes por curso ou departamento?

Resposta: Sim, porque o processo de recrutamento de professores permanentes iniciado em 2021 apenas determinou a contratação de 21 candidatos. Daí que se esteja a aguardar autorização para se avançar com um novo processo de recrutamento para completar as 50 vagas projetadas.

c) Qual é o ponto de situação da construção de um laboratório integrado no pólo de Hera?

Resposta: A construção do laboratório integrado está em processo de finalização.

2.7. Instituto Politécnico de Betano

a) Qual é o motivo da fraca execução do orçamento alocado no programa de Ensino Superior?

Resposta: A fraca execução do orçamento alocado no programa de Ensino Superior deve-se aos entraves no processo de aquisição de livros.

b) Quais são os entraves no processo de aquisição de livros?

Resposta: O principal entrave é a desistência das empresas concorrentes.

2.8. Ministério da Administração Estatal

a) É suficiente a quantidade de produtos agrícolas para a confeção da merenda escolar?

Resposta: A quantidade de produtos agrícolas para a confeção da merenda escolar é adequada, mas varia conforme a disponibilidade.

b) Há fundos adequados para as escolas, considerando o saneamento e o número de alunos?

Resposta: Sim, há fundos suficientes para as escolas, considerando as necessidades de saneamento e o número de alunos.

c) A fiscalização da preparação e distribuição da merenda escolar é eficaz?

Resposta: A fiscalização do processo de preparação e distribuição da merenda escolar é eficaz, com relatórios regulares.

d) O Instituto Politécnico participa na fiscalização?

Resposta: Sim, o Instituto Politécnico está envolvido na fiscalização.

e) Qual é o motivo da execução orçamental estar tão baixa?

Resposta: A execução orçamental está baixa devido a atrasos na implementação e a processos administrativos.

f) Se o número de alunos no pré-escolar e no ensino básico aumentar, o orçamento para a merenda escolar também aumentará?

Resposta: Sim, se o número de alunos aumentar, o orçamento para a merenda escolar será ajustado proporcionalmente.

g) Como estão sendo alocados e distribuídos os fundos públicos para a merenda escolar?

Resposta: A alocação dos fundos públicos é feita com base no número de alunos e nas necessidades específicas de cada escola. O montante total é distribuído de acordo com critérios definidos.

h) Existe um plano para a merenda escolar? Se sim, qual é e como será implementado?

Resposta: Sim, existe um plano para a merenda escolar, que inclui melhorias na qualidade e na distribuição. A implementação será gradual.

i) Quanto dinheiro foi alocado para a merenda escolar e como foi distribuído pelos municípios?

Resposta: Para a merenda escolar, os fundos foram alocados e distribuídos pelos municípios conforme o número de alunos e as necessidades específicas de cada escola.

2.9. Secretaria de Estado da Comunicação Social e TATOLI - Agência Noticiosa de Timor-Leste, I.P.

a) O que a secretaria de estado tem feito em relação às condições dos centros de rádio comunidade?

Resposta: Como acontece anualmente, a SECOMS dá apoio monetário aos centros de rádio comunidade, sendo da responsabilidade destes a gestão dos fundos alocados. Este apoio monetário baseia-se nas necessidades apresentadas por cada um e é transferido após verificação prévia da SECOMS. As Autoridades Municipais também estão envolvidas na garantia da sustentabilidade destes centros.

b) Qual é o ponto de situação da construção do edifício da RTTL?

Resposta: Em 2024 alocou-se um orçamento de US$ 1.1 milhões para a construção de um estúdio da RTTL, cujo projeto foi finalizado há 5 meses. Está em curso uma cooperação com o Governo do Japão para a construção do edifício central da RTTL com um orçamento de US$ 5 milhões.

c) Como estamos em termos de melhoria da qualidade dos jornalistas e das notícias produzidas pelos meios de comunicação social?

Resposta: Além da cooperação com o Instituto de Camões, o Conselho de Imprensa e a UNDP celebraram também um memorando de entendimento para a formação de jornalistas.

d) Qual é o tempo de antena ou de transmissão da RTTL?

Resposta: O tempo de transmissão é de 24 horas, com 5 a 6 períodos de transmissão de notícias.

e) Quais são as receitas da RTTL e as taxas pagas ao Estado?

Resposta: Parte das receitas da RTTL, nomeadamente no montante de US$ 100.000, devem ser transferidas anualmente para a Conta do Tesouro. Este foi o primeiro ano em que a RTTL conseguiu efetuar tal transferência.

IV. CONCLUSÕES

a) Ministério da Educação

O orçamento proposto para o Ministério da Educação em 2025 revela uma redução global de 1,6% em relação a 2024, apesar de um aumento de 5,7% nas despesas com salários. Esta aparente contradição é preocupante, pois é acompanhada por cortes significativos nas transferências públicas (-50,3%), capital menor (-42,6%) e capital de desenvolvimento (-22%). A análise da execução orçamental de 2024 mostra disparidades significativas na execução dos programas, com o Ensino Básico e o Funcionamento e Desenvolvimento Institucional apresentando taxas de execução elevadas (70,6%), enquanto a Educação Pré-Escolar, Ensino Secundário e Ensino Recorrente registam taxas significativamente mais baixas (entre 54,3% e 57,8%). A proposta orçamental para 2025 mantém esta tendência de disparidade, com reduções significativas nos orçamentos da Educação Pré-Escolar (-13,45%), Ensino Secundário (-11,88%) e Ensino Recorrente (-7,59%). A falta de clareza sobre as razões para estas reduções e a sua potencial influência na qualidade do ensino são motivos de grande preocupação. É crucial investigar as causas destas disparidades e garantir que os cortes orçamentais não comprometem a qualidade e a equidade no acesso à educação.

b) Ministério da Juventude, Desporto, Arte e Cultura e Secretaria de Estado da Arte e Cultura

O orçamento do Ministério da Juventude, Desporto, Arte e Cultura (MJDAC) para 2025 apresenta um aumento de 12,06% em relação a 2024, refletindo um aumento significativo na dotação global. No entanto, a análise da distribuição orçamental revela assimetrias preocupantes. Observa-se um crescimento acentuado nas despesas com Bens e Serviços (60,87%), enquanto o Capital de Desenvolvimento sofreu uma redução de 15,37%. A justificação para esta alteração na alocação de recursos é crucial para avaliar a eficácia da estratégia orçamental. A taxa de execução orçamental de 2024 (71,8%) indica uma subutilização de recursos, com variações significativas entre os programas. Os programas de Cultura e Património e Inclusão Social apresentaram taxas de execução mais baixas (65,6% e 61,2%, respetivamente), enquanto que o Funcionamento e Desenvolvimento Institucional registou uma taxa mais elevada (80,5%). A alocação de recursos para 2025, com 45% destinados a Transferências Públicas, requer uma análise

aprofundada para garantir a sua adequação às necessidades e objetivos do ministério. A falta de detalhe sobre a natureza destas transferências e o seu impacto na execução dos programas dificulta uma avaliação completa.

c) Ministério do Ensino Superior, Ciências e Cultura

O orçamento proposto para o Ministério do Ensino Superior, Ciência e Cultura (MESCC) em 2025 revela uma redução drástica de 23,77% em relação a 2024, representando uma diminuição significativa de US$ 2.174.149. Esta redução afeta todas as categorias orçamentais, com destaque para uma queda acentuada nas Transferências Públicas (-41,75%) e a eliminação completa do Capital Menor. Apesar do aumento nas despesas com Salários e Vencimentos (16,15%), a redução global é preocupante, podendo comprometer seriamente as atividades do ministério. A análise da execução orçamental de 2024 indica uma taxa de execução global de 85,5%, relativamente boa, embora com discrepâncias entre os programas: "Educação e Formação" apresentou uma taxa de execução muito alta (94,5%), enquanto "Funcionamento e Desenvolvimento Institucional" registou uma taxa inferior (76,2%). A proposta orçamental para 2025 concentra a maior parte dos recursos (69,9%) no programa "Ensino Superior", enquanto o programa "Funcionamento e Desenvolvimento Institucional" recebe apenas 30,1%. A ausência de detalhe sobre as razões para estas alterações e o seu impacto potencial na qualidade do ensino superior e na investigação científica é uma lacuna significativa na informação apresentada.

d) Agência Nacional para a Avaliação e Acreditação Académica, I.P.

O orçamento da Agência Nacional para a Avaliação e Acreditação Académica, I.P. (ANAAA) para 2025 apresenta uma redução de 13% em relação a 2024, passando de US$ 921.678 para US$ 801.924. Esta redução é particularmente acentuada nas categorias de Bens e Serviços (-100%), Capital Menor (-100%) e Salários e Vencimentos (-40,7%), enquanto o Capital de Desenvolvimento se mantém inalterado. A análise da execução orçamental de 2024 revela uma taxa de execução global muito baixa (31,4%), com grandes disparidades entre os programas: "Funcionamento e Desenvolvimento Institucional" apresenta uma taxa de execução de apenas 16,7%, enquanto "Educação e Formação"

atinge 51,8%. A proposta orçamental para 2025 aumenta a alocação de recursos para "Funcionamento e Desenvolvimento Institucional" (68,4%), enquanto reduz significativamente a alocação para "Educação e Formação" (31,6%). A falta de justificação para estas alterações drásticas, tanto na redução global do orçamento como na redistribuição interna dos recursos, levanta sérias preocupações sobre a capacidade da ANAAA em cumprir as suas funções.

e) Instituto Nacional de Ciências e Tecnologia

O orçamento do Instituto Nacional de Ciências e Tecnologia (INCT) para 2025 apresenta uma redução de 7,68% em relação a 2024, passando de US$ 720.105 para US$ 664.769. Apesar da redução global, observa-se um aumento nas despesas com Salários e Vencimentos (+28,1%) e Bens e Serviços (+15,8%). Contudo, há uma redução drástica no Capital Menor (-100%) e no Capital de Desenvolvimento (-87,4%), o que requer uma explicação detalhada. A análise da execução orçamental de 2024 revela uma taxa de execução global de 61,4%, com uma grande discrepância entre os programas: "Funcionamento e Desenvolvimento Institucional" apresenta uma taxa de execução muito alta (80,4%), enquanto "Educação e Formação" tem uma taxa muito baixa (30,5%). A proposta orçamental para 2025 concentra a maior parte dos recursos (82,2%) no programa "Funcionamento e Desenvolvimento Institucional", enquanto o programa "Ensino Superior" (que parece substituir "Educação e Formação") recebe apenas 17,7%. A falta de detalhe sobre a natureza das despesas em cada categoria e a ausência de justificação para as alterações significativas na alocação de recursos dificultam uma avaliação completa da proposta orçamental.

V. RECOMENDAÇÕES

Recomenda-se o seguinte:

a) Ministério da Educação e Secretaria de Estado do Ensino Secundário Geral e Ensino Secundário Técnico- Vocacional

1. O Ministério deve **socializar os responsáveis pelos projetos comunitários sobre o pagamento de 10% e continuar a colaborar com a ADN** para resolver situações em que os projetos, embora concluídos e inaugurados, ainda não foram entregues formalmente às Escolas. Em alguns casos, as chaves permanecem retidas pelos responsáveis, impedindo os alunos de acederem às salas de aula e limitando o pleno funcionamento das escolas.
2. O Ministério, na alocação de professores das bolsas de candidatos (1ª e 2ª fases), deve **priorizar a especialidade/disciplina e as necessidades específicas de cada escola e município**. A escassez de professores em áreas como a matemática, como acontece no município de Ermera, exige alocação direcionada, evitando deslocações para outros municípios.
3. O Ministério deve **manter o concurso de bolsas de candidatos**, visto que a fiscalização da Comissão continua a identificar que a maioria das escolas ainda enfrenta escassez de professores.
4. O Ministério deve **identificar e recolher dados dos professores que já atingiram a idade para a reforma**, uma vez que o Parlamento Nacional já aprovou legislação que visa fixar o limite de idade para a relação de trabalho dos funcionários públicos e agentes administrativos.
5. O Ministério deve **continuar a dar atenção às escolas que enfrentam dificuldades** devido à falta de mesas e cadeiras, insuficiência de salas de aula, bibliotecas, e materiais para aulas práticas, especialmente para os alunos do ensino técnico e vocacional.
6. O Ministério deve **continuar a colaborar com as Autoridades Municipais para monitorizar a implementação do programa de merenda escolar e os projetos de infraestrutura educativa** construídos no âmbito do PNDS.
7. O Ministério deve **emitir um despacho que apele a atenção das empresas construtoras para a finalização das obras de construção das escolas CAFE**, pelo facto de estas estarem a prejudicar o processo de ensino-aprendizagem, como acontece nas escolas CAFE de Ainaro, Covalima e Liquiçá.

8. O Ministério deve **promover programas de formação contínua e capacitação para os professores**, com especial foco em metodologias de ensino e desenvolvimento de competências práticas, para garantir uma aprendizagem de maior qualidade nas escolas.
9. O Ministério deve **priorizar a melhoria das condições nas escolas rurais e de difícil acesso**, que frequentemente enfrentam maior escassez de recursos e professores, assegurando que estas recebem um suporte adequado e regular.
10. É recomendável **implementar incentivos para professores que aceitem trabalhar em zonas remotas ou rurais**, como benefícios adicionais ou condições habitacionais, para atrair mais profissionais para estas áreas.
11. O Ministério deve **estabelecer mecanismos de monitorização e avaliação contínua dos projetos educativos**, especialmente no que toca às infraestruturas e à execução de obras, para permitir detetar problemas a tempo e propor soluções mais rápidas e eficientes.
12. É importante que o Ministério **elabore e implemente planos de manutenção regular das infraestruturas escolares**, incluindo edifícios, equipamentos e espaços de estudo, com vista a evitar o desgaste e garantir a durabilidade dos recursos.
13. É essencial que o Ministério **assegure a criação de bibliotecas e laboratórios práticos** em todas as escolas para enriquecer o ambiente educativo e permitir o desenvolvimento de competências práticas, especialmente nas áreas técnicas e vocacionais.
14. O Ministério deve **implementar um sistema de monitorização rigoroso da execução orçamental** em 2025, com relatórios periódicos que permitam uma avaliação contínua da eficácia da alocação de recursos e a identificação de potenciais desvios. Este sistema deve incluir indicadores de desempenho que permitam avaliar o impacto das decisões orçamentais na qualidade e equidade do sistema educativo.
15. O Ministério deve **melhorar a transparência na apresentação e justificação do orçamento**, comunicando claramente as decisões e o seu impacto nas diferentes áreas do sistema educativo. A disponibilização de informação detalhada sobre a alocação de

recursos e os resultados esperados permitirá uma melhor avaliação da eficácia da gestão orçamental e uma maior responsabilização.

b) Ministério da Juventude, Desporto, Arte e Cultura e Secretaria de Estado da Arte e Cultura

Quanto à área da juventude:

1. O Ministério deve **implementar programas de formação e capacitação para jovens**, abordando temas como liderança, empreendedorismo e habilidades técnicas, preparando-os para os desafios do mercado de trabalho.
2. O Ministério deve **criar espaços de encontro e intercâmbio cultural entre jovens**, onde possam partilhar experiências, conhecimentos e desenvolver a sua criatividade.
3. O Ministério deve **promover campanhas de sensibilização sobre a importância da saúde mental e bem-estar dos jovens**, criando recursos e apoio acessíveis para enfrentar desafios emocionais e sociais.
4. O Ministério deve **estabelecer parcerias com escolas e instituições locais** para desenvolver atividades que estimulem a inclusão social, a diversidade e a igualdade de oportunidades.
5. O Ministério deve **facilitar o acesso à informação sobre oportunidades de formação, emprego e atividades culturais**, através de plataformas digitais e eventos presenciais, assegurando que os jovens estejam informados e possam tirar partido dessas oportunidades.

Quanto à área do desporto:

6. O Ministério deve **investir na formação contínua de treinadores e técnicos desportivos**, assegurando a atualização de conhecimentos e a melhoria da performance das equipas nacionais.
7. O Ministério deve **promover a transparência na gestão dos fundos destinados ao desporto**, através da publicação regular de relatórios financeiros e de indicadores de desempenho.

8. O Ministério deve **implementar um sistema de avaliação das infraestruturas desportivas**, identificando as necessidades de manutenção e investimento para garantir a sua sustentabilidade a longo prazo.
9. O Ministério deve **promover a valorização e o reconhecimento da participação dos atletas nacionais** nas competições regionais e internacionais, uma vez que elevam o nome da nação perante o mundo.
10. O Ministério deve **criar um modelo de uniforme a ser utilizado pelos atletas nas competições regionais e internacionais**, nomeadamente nos campeonatos de futebol. A escolha das cores deve refletir a identidade nacional, evitando cores arbitrárias.

Quanto às áreas das artes e cultura:

11. O Ministério deve **reforçar a proteção dos direitos de propriedade intelectual** através de campanhas de sensibilização e de implementação de mecanismos de fiscalização mais eficazes. A sensibilização sobre os direitos de autor deve continuar a combater a prática de cópia e plágio, mesmo por parte daqueles que não são artistas.
12. O Ministério deve **garantir que a realização de festivais culturais nos municípios seja coordenada com as Autoridades Locais**, incentivando-se à máxima participação das comunidades. O orçamento deve ser destinado, em última análise, ao bem da população.
13. O Ministério deve **criar um sistema de monitorização e avaliação dos resultados dos festivais culturais**, permitindo identificar as melhores práticas e otimizar a utilização dos recursos financeiros.
14. O Ministério deve **assegurar que a gestão dos fundos destinados à cultura seja promovida com transparência**, através da publicação regular de relatórios financeiros e de indicadores de desempenho.
15. O Ministério deve **desenvolver programas de incentivo à criação artística**, promovendo a emergência de novos talentos e a inovação no setor.

16. O Ministério deve **criar e implementar um sistema de avaliação das infraestruturas culturais**, identificando as necessidades de manutenção e investimento para garantir a sua sustentabilidade a longo prazo.
17. O Ministério deve **ajustar o orçamento, aumentando a alocação destinada às federações desportivas**, de modo a garantir um melhor suporte às suas atividades e projetos.
18. O Ministério deve **rever a alocação orçamental para 2025**. A alocação de 45% do orçamento para Transferências Públicas requer uma análise detalhada, especificando o destino destes recursos e o seu impacto na execução dos programas. Deve ser garantida a transparência e a justificação para esta significativa percentagem.
19. O Ministério deve **implementar um sistema de monitorização rigoroso da execução orçamental** em 2025, com relatórios periódicos que permitam uma avaliação contínua da eficácia da alocação de recursos e a identificação de potenciais desvios.
20. O Ministério deve **melhorar a transparência na apresentação e justificação do orçamento**, comunicando claramente as decisões e o seu impacto na execução dos programas. A disponibilização de informação detalhada sobre a execução dos programas permitirá uma melhor avaliação da eficácia da gestão orçamental.

c) <u>Ministério do Ensino Superior, Ciência e Cultura</u>

1. O Ministério deve **promover a revisão do currículo do ensino superior**, atendendo à oferta de cursos semelhantes por vários departamentos. É importante identificar quais as necessidades específicas de Timor-Leste e assegurar que os cursos estão alinhados com essas necessidades. É fundamental que as correções e melhorias sejam feitas de forma a refletir estas exigências.
2. O Ministério deve **incentivar à melhoria do currículo do ensino superior**, revendo os cursos desadequados às necessidades do mercado de trabalho e que dificultam o acesso profissional dos diplomados. Simultaneamente, importa garantir o cumprimento dos requisitos da ANAAA por todas as universidades.

3. É fundamental analisar em detalhe o impacto da redução de 41,75% nas Transferências Públicas, identificando as instituições e projetos afetados e as consequências desta diminuição.
4. O Ministério deve **rever a alocação orçamental de recursos** para 2025 para garantir um equilíbrio adequado entre o programa "Ensino Superior" e o programa "Funcionamento e Desenvolvimento Institucional". Deve ser justificada a concentração de recursos no "Ensino Superior", considerando a importância do "Funcionamento e Desenvolvimento Institucional" para o bom funcionamento do ministério.
5. O Ministério deve **implementar um sistema de monitorização rigoroso da execução orçamental** em 2025, com relatórios periódicos que permitam uma avaliação contínua da eficácia da alocação de recursos e a identificação de potenciais desvios.
6. O Ministério deve **melhorar a transparência na apresentação e justificação do orçamento**, comunicando claramente as decisões e o seu impacto nas atividades do ministério. A disponibilização de informação detalhada sobre os programas e as suas metas permitirá uma melhor avaliação da eficácia da gestão orçamental.

d) <u>Agência Nacional de Avaliação e Acreditação Académica, I.P.</u>

1. A ANAAA deve **proceder a uma avaliação rigorosa dos cursos**, uma vez que a maioria das universidades não segue critérios claros para a abertura de novos cursos nos departamentos. É crucial que este processo seja rigoroso, uma vez que cada faculdade deve contar, no mínimo, com três professores que possuam o grau de doutoramento.
2. A ANAAA deve **chamar a atenção às instituições universitárias que não cumprem os requisitos legais e regulamentares**, bem como aos cursos cuja oferta não se adequa às necessidades do mercado de trabalho.
3. A ANAAA deve **rever a alocação orçamental** para 2025. A redistribuição de recursos entre os programas em 2025, com um aumento significativo para "Funcionamento e

Desenvolvimento Institucional" e uma redução drástica para "Educação e Formação", requer uma justificação clara e convincente. Deve ser demonstrado como esta nova alocação contribuirá para a eficácia da agência.

4. A ANAAA deve **implementar um sistema de monitorização rigoroso da execução orçamental** em 2025, com relatórios periódicos que permitam uma avaliação contínua da eficácia da alocação de recursos e a identificação de potenciais desvios.
5. A ANAAA deve **melhorar a transparência na apresentação e justificação do orçamento**, comunicando claramente as decisões e o seu impacto nas atividades da agência. A disponibilização de informação detalhada sobre os programas e as suas metas permitirá uma melhor avaliação da eficácia da gestão orçamental.

e) Instituto Nacional de Ciências e Tecnologia

1. O INCT deve **assegurar que a pesquisa realizada pelo instituto esteja alinhada com a situação real e as necessidades do país**. Por exemplo, é importante investigar a qualidade dos alimentos fornecidos para a merenda escolar dos alunos.
2. O INCT deve **focalizar a investigação em problemas relevantes e com potencial impacto prático na sociedade**, em áreas como a saúde, a agricultura, as tecnologias de informação e comunicação.
3. O INCT deve **fomentar a colaboração entre universidades, centros de investigação e empresas**, para facilitar a transferência de conhecimento e a aplicação dos resultados da investigação.
4. O INCT deve **estabelecer indicadores claros e objetivos para avaliar o impacto da investigação**, medindo a sua contribuição para o desenvolvimento económico e social.
5. O INCT deve **assegurar a divulgação ampla e acessível dos resultados da investigação**, para que possam ser utilizados pela sociedade e para promover o avanço do conhecimento.
6. O INCT deve **rever a alocação orçamental** para 2025. A alocação de recursos para 2025 deve ser revista, justificando a concentração de recursos no programa

"Funcionamento e Desenvolvimento Institucional". Deve ser demonstrado como esta alocação contribuirá para os objetivos estratégicos do INCT e para o desenvolvimento da ciência e tecnologia. A relação entre o programa "Ensino Superior" e o anterior "Educação e Formação" precisa de esclarecimento.

7. O INCT deve **implementar um sistema de monitorização rigoroso da execução orçamental** em 2025, com relatórios periódicos que permitam uma avaliação contínua da eficácia da alocação de recursos e a identificação de potenciais desvios.
8. O INCT deve **melhorar a transparência na apresentação e justificação do orçamento**, fornecendo informação detalhada sobre as despesas em cada categoria e os resultados esperados para cada programa. A disponibilização de informação completa permitirá uma melhor avaliação da eficácia da gestão orçamental.

f) Ministério Administração Estatal

Quanto à merenda escolar:

1. O Ministério deve **criar condições adequadas para a preparação da merenda escolar**. A constatação pela Comissão G de que muitas escolas carecem de cozinhas próprias para a preparação das refeições exige ações imediatas.
2. O Ministério deve **priorizar a construção de cozinhas adequadas** em todas as escolas que carecem desta infraestrutura, cumprindo as normas de higiene e segurança alimentar.
3. O Ministério deve **implementar programas de formação para o pessoal responsável pela preparação e distribuição da merenda escolar**, assegurando a sua capacitação em higiene alimentar e segurança alimentar.
4. O Ministério deve **assegurar o fornecimento de equipamentos adequados e em bom estado de funcionamento para a preparação da merenda escolar**, incluindo utensílios de cozinha, frigoríficos e equipamentos de conservação de alimentos.
5. O Ministério deve **implementar um sistema de monitorização regular das condições de preparação e distribuição da merenda escolar**, assegurando o cumprimento das normas de higiene e segurança alimentar.

Quanto aos edifícios municipais (a fiscalização da Comissão G revelou condições inadequadas na maioria dos edifícios de serviços municipais, comprometendo o trabalho dos funcionários. É exemplo, o edifício de Viqueque):

1. O Ministério deve **realizar uma avaliação completa do estado de todos os edifícios municipais**, identificando as necessidades de reparação e melhoria.
2. O Ministério deve **elaborar um plano de reabilitação e manutenção dos edifícios municipais**, com um calendário de execução e orçamento definido.
3. O Ministério deve **priorizar as intervenções nos edifícios que apresentem condições mais precárias**, assegurando a segurança e o bem-estar dos funcionários.
4. O Ministério deve **assegurar que os edifícios municipais oferecem condições de trabalho adequadas**, incluindo espaço de trabalho suficiente, iluminação e ventilação adequadas, instalações sanitárias em bom estado e acesso a equipamentos de trabalho adequados.
5. O Ministério deve **investir na construção de novos edifícios municipais**, sempre que necessário, garantindo que cumpram com os padrões de qualidade e acessibilidade.
6. O Ministério deve **implementar um sistema de monitorização contínua do estado dos edifícios municipais**, permitindo uma intervenção rápida em caso de problemas.

VI. PARECER

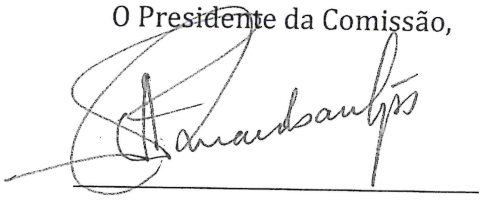
Face ao exposto, e sem prejuízo das conclusões e recomendações e da sujeição a um escrutínio mais pormenorizado na discussão na especialidade, a Comissão G considera que se encontram reunidas as condições exigidas pela Constituição e pela lei para que a Proposta de Lei do Orçamento Geral do Estado, no que se refere às áreas da competência da Comissão G, possa ser apreciada em Plenário.

VII. APROVAÇÃO DO PARECER

O presente parecer foi discutido na reunião da Comissão G que teve lugar no dia 28 de outubro de 2024, na qual estiveram presentes 6 Deputados, e foi aprovado com 4 votos a favor, 0 votos contra, e 2 abstenções.

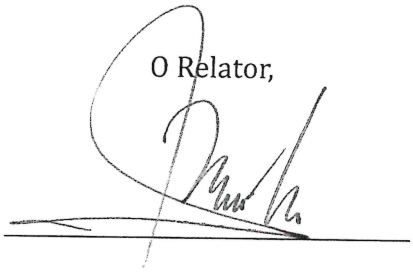
Parlamento Nacional, 28 de outubro de 2024.

O Presidente da Comissão,



Deputado Armando dos Santos Lopes

O Relator,



Deputado Mateus da Cruz de Carvalho